

Instituto Protea

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultados abrangentes	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa - Método direto	10
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do Instituto Protea
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Protea (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 5 de junho de 2018 (data de constituição da Entidade) a 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Protea em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 5 de junho de 2018 (data de constituição da Entidade) a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de novembro de 2019

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto Protea

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

Ativo	Nota	2018	Passivo	Nota	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>513.186</u>	Obrigações fiscais		<u>4.307</u>
Não circulante			Patrimônio líquido	7	
Imobilizado	5	<u>4.766</u>	Patrimônio social		400.000
			Superávit do período		<u>113.645</u>
			Total do patrimônio líquido		513.645
Total do Ativo		<u><u>517.952</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>517.952</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstração de resultado

Período de 5 de junho (data de constituição da Entidade) a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	Nota	2018
Receitas operacionais		
Doações	8	335.678
Trabalho voluntário	3.i	<u>25.644</u>
Total - receitas operacionais		<u>361.322</u>
Custos e Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	9	(119.679)
Despesas com patrocínios	10	(24.298)
Despesas gerais e administrativas	11	(79.027)
Impostos e taxas		(5.937)
Trabalho voluntário	3.i	<u>(25.644)</u>
		<u>(254.585)</u>
Superávit do período antes das receitas (despesas) financeiras		<u>106.737</u>
Receitas Financeiras		7.286
Despesas Financeiras		<u>(378)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>6.908</u>
Superávit do período		<u><u>113.645</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstração de resultados abrangentes

Período de 5 de junho (data de constituição da Entidade) a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	2018
Superávit do período	113.645
Outros componentes do resultado abrangente:	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>113.645</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Período de 5 de junho (data de constituição da Entidade) a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 5 de junho de 2018 (constituição da Entidade)	-	-	-
Integralização patrimônio social	400.000	-	400.000
Superávit do período	-	113.645	113.645
Saldos em 31 de dezembro de 2018	400.000	113.645	513.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de 5 de junho (data de constituição da Entidade) a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Superávit do período	113.645
Ajuste por:	
Depreciação e amortização	<u>251</u>
	113.896
Variações nos ativos e passivos	
Aumento nos passivos em	
Obrigações fiscais	4.307
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>118.203</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(5.017)
Integralização de patrimônio social	400.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>394.983</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>513.186</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
Caixa equivalente de caixa em 05 de junho de 2018	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2018	<u>513.186</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Entidade com denominação social “Instituto Protea”, é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos, pessoa jurídica de direito privado constituída em 5 de junho de 2018, data na qual também iniciou suas atividades.

A Entidade tem por missão garantir a efetivação do direito à vida e à saúde, com dignidade, e aumentar a taxa de sobrevivência de mulheres com câncer, em especial aquelas de baixa renda e /ou em situação de vulnerabilidade social, e, para tanto, tem como objetivo social a prestação de serviços de assistência social, em especial, nas modalidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos, contribuindo para que elas tenham acesso ao tratamento da doença de forma gratuita e com qualidade.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de novembro de 2019.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.b** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 6** - provisão para contingências e
- **Nota 13** - mensuração de instrumentos financeiros.

2.4 Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº13 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o período apresentado nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: outras contas a pagar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo de 31 de dezembro de 2018, incluindo operações de *hedge*.

b. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos	5 anos
----------------------------	--------

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Entidade aluga espaços de coworking para a realização de suas atividades operacionais, quando necessário.

c. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Apuração do superávit do período

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do período será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

g. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade registrou o montante de R\$ 25.644 referente a trabalhos voluntários.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº13.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Entidade não planejou adotar estas normas de forma antecipada.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS16 não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade no período de aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, dessa forma o impacto efetivo da adoção da norma ainda não pode ser estimado com confiança, no entanto, a Entidade não espera efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018
Caixa	26
Bancos conta movimento	1.512
Aplicações financeiras	<u>511.648</u>
Saldo total	<u>513.186</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Bancário - CDB, que variam de 83% a 86% ao mês. São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

5 Imobilizado

Custo	2018
Computadores e periféricos	5.017
Depreciação	
Computadores e periféricos	(251)
Saldo líquido	<u>4.766</u>

6 Provisão para contingências

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade em 31 de dezembro de 2018 que devam ser provisionados e/ou divulgados.

7 Patrimônio líquido

O patrimônio Social da Entidade é de R\$ 400.000 montante necessário ao início e manutenção de suas atividades, integralizado em moeda nacional.

O Instituto não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade com fins lucrativos.

As receitas do Instituto provêm da contribuição financeira dos associados, de doações de pessoas físicas e /ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, de legados e subvenções, de patrocínios, alugueis e / ou arrendamento de bens imóveis ou móveis, da prestação de serviços, da produção, e /ou comercialização de produtos, da realização de eventos, da exploração de direitos autorais ou de propriedade intelectual, de juros, correções ou dividendos resultantes de aplicações que venha fazer.

O Instituto aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual superavit na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais, no território nacional, podendo aplicar seus recursos no exterior apenas quando necessário ao cumprimento dos objetivos sociais e em benefício de suas atividades no Brasil.

O Instituto se compromete a aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estiverem vinculadas, devendo os recursos advindos dos poderes públicos ser aplicados dentro do município de sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculadas, no âmbito do Estado concessor.

O Instituto não distribuirá entre os seus fundadores, associados, conselheiros, diretores, colaboradores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados positivos, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução de seu objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

No caso de extinção, transformação, cisão, fusão, incorporação ou dissolução do Instituto, o patrimônio líquido da Entidade será destinado para outra instituição sem fins lucrativos congênera que coloque em prática as suas finalidades sociais e que atenda a mesma legislação a que a Entidade é submetida, inclusive a Lei 13.019; ou será transferido a entidade pública, respeitado o Código Civil.

8 Receitas operacionais

	2018
Doações pessoas físicas	215.896
Doações pessoa jurídica	<u>119.782</u>
	<u><u>335.678</u></u>

9 Despesas com pessoal

	2018
Serviços de terceiros	(108.408)
Salários	(6.000)
Benefícios	<u>(5.271)</u>
	<u><u>(119.679)</u></u>

10 Despesas com patrocínios – *Projeto AMAR*

	2018
Consulta e tratamentos	(19.700)
Exames	<u>(4.598)</u>
	<u><u>(24.298)</u></u>

O Projeto *AMAR* (Atendimento ao Câncer de Mama de Alta Resolutividade), é o principal projeto que resoluta na atividade fim do Instituto, em parceria com o Hospital Santa Marcelina, na especialidade de mastologia, o Instituto auxilia financeiramente no acolhimento e tratamento de pacientes com câncer de mama.

O projeto *AMAR* possui 4 pilares de atuação:

- (1) Aumento do número de consultas de triagem e diagnóstico de novas pacientes que precisam confirmar ou descartar a suspeita de Câncer de Mama;
- (2) Realização de todos os exames necessários em apenas um dia;
- (3) Financiamento do tratamento de Câncer de Mama incluindo cirurgia, quimioterapia e radioterapia;
- (4) Oferta do exame de Mamotomia em substituição à cirurgia-diagnóstica;

11 Despesas gerais e administrativas

	2018
Serviços de terceiros (*)	(61.073)
Água/Luz/Gás/Telefone/Internet/Ass.Tv	(10.272)
Aluguel	(4.700)
Depreciação e amortização	(251)
Outras despesas	<u>(2.731)</u>
	<u>(79.027)</u>
(*) Serviços de terceiros	
Marketing	50.723
Contabilidade	7.000
Jurídico	2.340
Serviços diversos	<u>1.010</u>
	61.073

12 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 de dezembro de 2018:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- PIS sobre as receitas próprias
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

13 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

13.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2016, sendo eles, outras contas a receber e outras contas a pagar estão classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros.

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2016	Classificação (*)
Ativos		
Caixa e bancos	1.538	Custo amortizado
Aplicações financeiras	511.648	Valor justo por meio do resultado
Passivos		
Obrigações fiscais	<u>(4.307)</u>	Outros passivos financeiros
Total	<u>508.879</u>	

(*) Os instrumentos financeiros estão classificados conforme descritos na nota explicativa nº 3a .

13.2 Valor justo

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade.

13.2.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

13.2.2 Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

13.3 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações.

13.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

14 Avais, fianças e garantias

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

15 Eventos subsequentes

Em 02 de outubro de 2019, foi realizado o 1º Jantar beneficente em prol do custeio dos projetos institucionais da Entidade, o valor total arrecadado foi de R\$ 1.128.381.

* * *

Anna Gabriella Chagas Antici
Presidente

Catherine Jean Marcouizos
TC CRC 1SP229095/O-1